

A ciência, sua racionalidade e os governos

Em *Ciência como vocação*, Max Weber (1979) nos alerta que uma de nossas armas contra a perda da humanização seria a produção científica. A ciência está a serviço do autoesclarecimento e conhecimento de fatos inter-relacionados. Ela não tem a pretensão de nos mostrar os caminhos, mas nos esclarece sobre o significado de nossas condutas. Cientes de nossos problemas sociais, poderíamos alcançar o bem-estar de muitos.

Em *Meditações pascalianas*, Pierre Bourdieu (1998) afirma, inspirado em Pascal, na mesma direção, que a nossa maior grandeza é a do conhecimento. Segundo eles, “dominado (miséria), o homem pode conhecer suas determinações (grandeza) e trabalhar para as superar. Paradoxos que encontram todos o seu princípio no privilégio da reflexividade” (BOURDIEU, 1998, p. 115). Ou seja, novamente a ciência e a produção do conhecimento, seja ele prático ou não, ajudam-nos na construção de mais humanidade.

O editorial que ora apresentamos constitui-se de uma série de artigos que se complementam e dialogam entre si e que nos auxiliam a confirmar as preleções acima referidas. Ainda que a intenção não tenha sido essa, os estudos ora publicados encerram uma qualidade semelhante: todos trabalham com pesquisas na área da educação, são produtos de investigações e reflexões que nos trazem notícias, informam-nos sobre a realidade do campo da educação na vida social contemporânea, no Brasil.

Em recente declaração, o governador do estado de São Paulo,¹ Geraldo Alckmin, afirma que a Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) deveria se ocupar de financiar menos pesquisas de sociologia, que nada acrescentam, para incentivar investigações na área da saúde, em função da perigosa epidemia de dengue, Zica vírus e demais patologias em evidência nos últimos meses.

Contrariando o governador do estado mais rico do Brasil, responsável pela maior produção científica brasileira e da América Latina, ainda bem que as agências financiadoras de muitos estados do Brasil e mesmo do governo federal continuam promovendo estudos e trabalhos que diagnosticam os problemas da ordem escolar e societária. Os trabalhos que disponibilizamos neste número da *Educação e Pesquisa* afirmam o caráter necessário e emancipador da pesquisa e da ciência no Brasil, seja em aspectos relativos às políticas públicas, seja no âmbito das experiências travadas na educação básica ou no ensino superior, ou mesmo no campo dos desafios estruturais das diferenças de oportunidades entre estudantes de ambos os níveis de ensino.

1- Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/04/1765028-alckmin-critica-fapesp-por-pesquisas-sem-utilidade-pratica.shtml>>

É a partir de uma insistente e fundamentada formação de nossos quadros de pesquisadores e pesquisadoras, bem como de crescentes incentivos aos programas de pós-graduação, que hoje alcançamos conhecimento dos desafios, limites e ou ganhos de decisões de natureza educativa e cultural, além de espaço de discussão e estofos para irmos em direção a mudanças.

Talvez seja uma ironia estarmos escrevendo este editorial em momento em que a sociedade brasileira vem presenciando uma guinada em sua vida política. Tudo leva a crer que estamos vivendo um retrocesso, na medida em que assistimos a um *impeachment* a partir de armas discursivas conservadoras. Em sintonia com nosso governador Alckmin, as forças políticas que saem ganhando com a destituição do governo Dilma Rousseff ensaiam medidas que promulgam um Estado visto pelos de cima. Ou seja, para esse ponto de vista, a estrutura social hierárquica ou as diferentes oportunidades de escolarização ou desigualdades de desempenho, ou mesmo os estigmas religiosos, sexistas e homofóbicos, parecem não existir no cenário que desenham para si e que é propagado pela grande imprensa. Declarações do secretário da educação do estado de São Paulo estão na mesma sintonia desse retrocesso quando este afirma que a saúde e a educação são dimensões que o Estado deveria entregar às mãos da iniciativa privada.

Uma crença coletiva, um consenso sobre evidências, sobre o que pesquisadores não se cansam de alertar, parecem não fazer parte do repertório daqueles que dispensam a discussão crítica de nossos destinos no campo da educação e demais áreas do social.

Nesse sentido, os artigos que apresentamos nesse editorial tratam de uma realidade educacional complexa, prenhe de possibilidades de sucesso ou retrocesso. São estudos que retratam a diversidade de problemas de natureza escolar, que as autoridades atuais de nosso estado e nação insistem em ignorar ou desconhecer.

Para dar uma primeira impressão, Luís Armando Gandin e Iana Gomes de Lima – no artigo “A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais” – lembram que as políticas educacionais situam-se no campo das disputas sociais, econômicas, políticas e culturais por uma determinada visão de mundo. E, no caso da reflexão trazida pela dupla, está presente uma visão que pode se contrapor à lógica da reprodução e da hegemonia que sustenta a mera alegação da ignorância ou do desconhecimento.

Valeria apresentar na sequência dois textos que tratam da polêmica do ensino religioso nas escolas. Ambos elucidam o imbróglio político, cultural e institucional que a dimensão religiosa revela em um país em que uma religiosidade perene se mantém desde a Revolução de 1930 até os governos mais recentes. Os pesquisadores José Damiro de Moraes, no artigo “Cecília Meirelles e o ensino religioso nos anos 1930: embates em defesa da Escola Nova”, e Luis Antônio Cunha, em sua discussão sobre “O veto transversal, de FHC à LDB: o ensino religioso nas escolas públicas”, exploram a força da Igreja Católica nos destinos da educação brasileira, afirmando que esforços por uma escola laica e republicana ainda sofrem ameaças por forças conservadoras.

Uma análise de discursos e de representações em ambos os textos descortina o quão pouco mudaram os embates acerca da posição dominante da Igreja Católica no Brasil, tendo como base suas forças na sociedade civil ou em *lobbies* parlamentares. Apenas estudos que se debruçam com tempo e determinação são capazes de trazer luzes sobre uma história que se constrói à sombra de uma tradição.

História essa que, no caso brasileiro, embasa a defesa de uma suposta *escola sem partido* e/ou *sem ideologia*, na qual a compreensão da sexualidade enquanto um fenômeno social e histórico, e o enfrentamento das desigualdades de gênero são sistematicamente adiados como se não fizessem parte da condição e da formação humanas. Esse tem sido o caso do debate em torno da votação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, que têm sofrido um tratamento distorcido e politicamente nefasto em relação às questões de gênero e diversidade sexual. Com base no discurso de setores religiosos conservadores, assistimos à defesa da supressão das palavras *gênero*, *diversidade* e *orientação sexual* nos Planos de Educação. Para justificar essa exclusão, utiliza-se o pseudoconceito da *ideologia de gênero*, que ensinaria as crianças a não ter pertencimento identitário, criando um verdadeiro pânico em relação a essa temática.

Pânico a nosso ver injustificado porque gênero não é uma ideologia. É, sim, um conceito que garante a percepção da humanização em suas mais distintas dimensões e procura ampliar o debate sobre a qualidade da educação: democrática e acolhedora de todos e todas, independente de seu pertencimento racial, étnico, religioso ou de classe e gênero.

É na direção da aposta de que a produção de conhecimento científico pode contribuir para a humanização que os textos que abordam a temática da *inclusão*, ainda que bastante distintos entre si, apresentam formas de equacionar as questões de iniquidade social de maneira diversa. Podemos destacar um conjunto significativo de artigos que o fazem a partir da perspectiva das relações sociais de gênero.

Em “Tecnologias de gênero, dispositivo de infantilidade, antecipação da alfabetização: conflitos na produção de corpos generificados”, Maria Carolina da Silva Caldeira e Marlucy Alves Paraíso mostram as implicações de gênero no processo de alfabetização desde a mais tenra idade. A partir de uma investigação em uma turma de primeiro ano do ensino fundamental de uma escola pública da rede municipal de Belo Horizonte, as autoras examinam como se dá a produção de corpos generificados em um currículo que antecipa a alfabetização, separa meninos e meninas e insta professoras, crianças e famílias a assumirem funções binárias de gênero.

Lucas Alves Lima Barbosa, no artigo “Masculinidades, feminilidades e educação matemática: análise de gênero sob a ótica discursiva de docentes matemáticos”, também questiona essa suposta evidência binária que opõe meninos e meninas na construção de conhecimentos. Agora com o foco no ensino da matemática, o autor analisa como docentes da referida disciplina mantêm a fixação de determinados binarismos concernentes às identidades de gênero, reafirmando e até mesmo legitimando desigualdades já materializadas no âmbito social.

Podemos, portanto, vislumbrar o quão difícil é desconstruir os mecanismos que produzem as desigualdades de gênero e de diversidade sexual no currículo escolar. Mas já registramos muitos avanços nessa empreitada. Em “Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT”, Raquel Pinho e Rachel Pulcino afirmam que, tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista da atuação dos movimentos LGBTTT, construímos possibilidades de problematização, ressignificação e resistência às práticas escolares heteronormativas. As autoras vislumbram, assim, a probabilidade de construção de um espaço escolar onde as supostas verdades possam ser contestadas, e onde possamos pensar e nos colocar no lugar do outro.

Nesse trajeto, a prática docente pode ser ressignificada pela militância. Rafael Blanco evidencia a forte articulação entre profissionalização e ativismo ao examinar a trajetória de três acadêmicas na área dos estudos de gênero e sexualidade em universidades argentinas. Seu artigo, denominado “Trayectorias académicas en los estudios sobre géneros y sexualidades: tensiones entre profesionalización, activismo y experiencia biográfica”, conclui que a inserção nos referidos estudos propicia uma releitura da biografia, como diz o autor, “politizando a própria narrativa pessoal a partir de um saber específico”. Esse processo evidencia a importância da produção de novos conhecimentos, aqui especificamente voltados para os estudos de gênero, que nos permitem compreender e enfrentar os mecanismos através dos quais as assimetrias de gênero se perpetuam desde o início da alfabetização até à formação universitária.

No âmbito da formação universitária, Ana Louise de Carvalho Fiúza, Neide Maria de Almeida Pinto e Elenice Rosa Costa dão destaque para as desigualdades de gênero existentes entre os professores do Centro de Ciências Agrárias (CCA), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no artigo “Desigualdades de gênero na universidade pública: a prática dos docentes das ciências agrárias em estudo”. Ao examinarem os espaços ocupados por homens e mulheres nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação, as autoras evidenciam mecanismos através dos quais as assimetrias de gênero se perpetuam.

O artigo de Débora Cristina Piotto e Maria Alice Nogueira, denominado “Incluindo quem? Um exame de indicadores socioeconômicos do Programa de Inclusão Social da USP”, que apresenta informações relevantes sobre o Includsp, programa afirmativo da Universidade de São Paulo, também questiona a perpetuação da desigualdade na universidade pública a partir de outra perspectiva que não a da desigualdade de gênero. Resultado de ampla pesquisa e análise de dados de um número expressivo de alunos de dois campi da USP – Ribeirão Preto e São Paulo –, o estudo certamente exigiu *expertises*, indagações e reflexões de longa data, além de muito comprometimento científico e político.

As iniciativas de compreensão de uma educação inclusiva para a realidade do campo a partir de um curso para licenciados na Universidade de Brasília também revelam os esforços de um grupo de pesquisadoras, composto por Juliana Crespo Lopes,

Lucia Helena Cavasin Zabotto Pulino, Mariana Barbato e Regina Lucia Sucupira Pedrosa. A investigação em tela, apresentada no artigo “Construções coletivas em educação do campo inclusiva – Reflexões sobre uma experiência na formação de professores”, ocupou-se das possibilidades de se construir uma educação para a população do campo, dentro de suas demandas e necessidades, a partir de um curso de formação de professores. Esforços na direção de trazer um material reflexivo sobre a realidade diferencial do homem e da mulher que vivem nesses espaços, ainda que pouco realizados, trazem à tona uma preocupação legítima de problematizar as múltiplas injustiças que amplos segmentos da população escolar podem vivenciar.

Em “Professores da educação infantil e temas sobre inclusão de crianças com deficiências no ensino regular”, Alexandre Freitas Carvalho, Vitor Antonio Cerignoni Coelho e Rute Estanislava Tolocka, na mesma direção do artigo acima, preocupam-se em verificar as percepções de professores no trato de alunos com algum grau de deficiência ou dificuldade motora, auditiva ou de visão. O trio de pesquisadores observou desconhecimento, falta de familiaridade e de traquejo pedagógico e didático dos docentes ao tratarem essas questões. Situação que nos impõe uma reflexão mais detida sobre o discurso de inclusão e as dificuldades concretas de sua aplicação. A coragem de manifestar tal estado só poderia vir de pesquisas de caráter comprometido com a produção do conhecimento na área da educação, em sua dimensão microescolar.

O artigo “A cor da reprovação: fatores associados à reprovação dos alunos do ensino médio”, de Vanessa Lima Caldeira Franceschini, Paula Miranda-Ribeiro e Marília Miranda Forte Gomes, traz confirmações acerca dos diferenciais de aproveitamento, repetência e ou continuidade dos estudos para nossa população jovem e negra. Sobretudo, o texto revela que, associada à questão de gênero, a variável cor assume outro aspecto. Ou seja, fatores relativos aos processos socializadores, como, por exemplo, expectativas e projetos de vida de ambos os sexos implicam nuances e variações nas trajetórias desses alunos. Por exemplo, ser mulher, negra, estar grávida do primeiro filho e viver somente com sua mãe configura uma situação de vida altamente suscetível à reprovação ou ao abandono escolar.

Essa tensa articulação entre raça e gênero marca a própria configuração da história da educação brasileira. Reflexões como as de Surya Pombo de Barros, com base na perspectiva thompsoniana da lei como resultado de disputas e costumes, são expostas no texto “Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX”. A autora mostra a relação entre o ordenamento jurídico da educação e a população negra desde as leis e os regulamentos imperiais sobre instrução, destacando interdições e permissões para matrícula e/ou frequência negra no período no Império.

Contudo, não podemos esquecer que, nesse processo, avanços foram alcançados ao longo de nossa história.

A tradução do artigo de Paulo Blikstein “Viagens em Troia com Freire: a tecnologia como um agente de emancipação”, aqui publicada, mostra que a própria produção de conhecimentos atuais pode contar com perspectivas consideradas clássicas no campo da educação. Ao analisar o empenho intelectual e emocional de estudantes de uma escola pública, o autor traz a contribuição de Seymour Papert e Paulo Freire, dois importantes teóricos da educação, para destacar que a introdução de novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem pode ser um poderoso agente de emancipação em comunidades economicamente carentes.

A reflexão trazida por Manuel Gonsalves Barbosa e Eldon Henrique Mühl, no artigo intitulado “Educação, empoderamento e lutas pelo reconhecimento: a questão dos direitos de cidadania” também nos abre um espaço para acreditar na força emancipadora da educação. Seria ela o lócus certo de produção de uma reflexividade crítica sobre a condição de nosso tempo. A categoria *subcidadania*, anunciada pelos autores, alerta-nos sobre a tragédia que a falta de conhecimento pode perpetuar. A condição de *subcidadania* pode levar a um momento de recuo do pensamento científico em prol de uma razão mágica e, por vezes, ingênua.

Por último, mas não menos importante, este número traz a entrevista realizada por Kimi Tomizaki, professora da Faculdade de Educação da USP, com o professor Jean-Pierre Faguer, da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris (EHESS). Nessa entrevista, o autor, que foi colaborador de Pierre Bourdieu no Centre de Sociologie Européenne, trata de sua trajetória como docente e pesquisador que indaga detidamente os processos de dominação e reprodução das desigualdades sociais.

Dessa forma, a entrevista reafirma o tema por nós ressaltado no agrupamento dos artigos aqui expostos: a expansão de nossa capacidade de criar sobre o velho, de acreditar na habilidade de superar as adversidades, de conhecer a realidade pelo conhecimento científico, pautado em teorias e técnicas de análise, pode nos ajudar a visualizar outro andamento da realidade. O trabalho coletivo da comunidade científica certamente se revela uma arma para a construção de caminhos alternativos para os desafios da realidade educacional brasileira.

E, assim sendo, voltamos aos dois célebres sociólogos citados no início deste editorial. Pobres daqueles que não contam com a ciência para auxiliá-los a ponderar sobre a realidade que os cerca. Pobres daqueles que dispensam ou não prestigiam o crescimento de uma racionalização intelectual e o difícil exercício da reflexividade.

Concordamos com Max Weber que a ciência tem condição de mostrar ao ser humano o sentido daquilo que ele faz e o que ele tem racionalmente condição de fazer. Todavia, ela não pode mostrar a nós o que desejamos e o que devemos fazer (VILELA, 2006).

Referências

ARBEX, Thais; LOPES, Reinaldo. Alckmin critica Fapesp por pesquisas sem utilidade prática. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 abr. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/04/1765028-alckmin-critica-fapesp-por-pesquisas-sem-utilidade-pratica.shtml>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Oeiras: Celta, 1998.

VILELA, Rita Amélia Teixeira. Max Weber – 1864-1920: entender o homem e desvelar o sentido da ação social. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel (Org.). **Sociologia para educadores**. Rio de Janeiro: Quartet, 2006. p. 63-96.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.154-183.

Maria Graça Jacintho Setton
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
Contato: gracaset@usp.br

Cláudia Pereira Vianna
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
Contato: cpvianna@usp.br